

Trinta anos de Ensino de Relações Internacionais em nível de graduação no Brasil

Antônio Carlos Lessa*

O profissional de Relações Internacionais é formação superior estabelecida como tal desde os anos cinquenta nas principais universidades norte-americanas e européias, na seqüência do surgimento da área de estudos sobre Relações Internacionais, que surgiu especificamente entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, como conseqüência do pensamento idealista que apoderou-se das ciências políticas e considerava factível a possibilidade de regular ou prevenir as discórdias entre as nações, e deste modo, evitar novos conflitos daquelas proporções.

Na Europa e nos Estados Unidos, o profissional de Relações Internacionais passou a ser formado com o intuito de proceder a análises e estudos acerca da difícil realidade internacional característica da Guerra Fria, bem como de formular e implementar as chamadas “políticas internacionais” de um sem número de atores públicos e privados com interesses que se expressam em contatos com congêneres estabelecidos em outros países, bem como na formulação de políticas de cooperação internacional em todos os níveis. O objetivo precípua dessa formação de nível superior era o de preparar profissionais que fossem capazes de auxiliar os agentes de Estado na formulação e na implementação das políticas exteriores, ou que pudessem exercer, com treinamento suplementar, as funções diplomáticas, ou mesmo exercer o papel fundamental nas sociedades democráticas de críticos e interlocutores do poder público.

No Brasil, o ensino de Relações Internacionais em nível de graduação se estruturou nos anos 1970. Nesse momento, o Brasil experimentava internamente o início de um momento de grandes contradições, especialmente nas dimensões econômica e política.

Esse período foi especialmente marcado pela transformação da conjuntura econômica internacional que se iniciou com o choque do petróleo de 1973, e que forçou o Estado brasileiro a rever as metas de crescimento espetaculares que caracterizam o que se denomina de “milagre brasileiro”. Uma das respostas para o desafio da desaceleração econômica foi a formulação de uma política externa mais criativa e assertiva, que se mostrasse liberada dos preconceitos ideológicos da Guerra Fria e abertamente vinculada com a expansão internacional da economia brasileira.

A formulação de uma política externa que foi caracterizada como “ecumênica e pragmática” significava que o Brasil necessitava ampliar os seus vínculos com parceiros econômicos tradicionais, mas que não poderia deixar de valorizar as novas possibilidades oferecidas por outros países (África portuguesa, China, Leste Europeu etc), o que foi consistentemente implementado a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). O Brasil queria aproveitar as brechas que se evidenciavam na política internacional, colhendo os frutos da distensão que se consolidava entre as superpotências, o que possibilitou uma nova expansão na internacionalização da economia brasileira, pela via do comércio, com o dramático crescimento dos volumes e da diversificação da pauta de exportações, e da atração de investimentos estrangeiros.

No plano interno, por outro lado, se iniciava a fase da “abertura lenta, gradual e segura”, que significava que o regime militar procurava um modo de proceder a uma distensão da política doméstica. Com efeito, foi justamente neste momento em que as muitas contradições dos governos dos generais-presidentes se mostraram com maior nitidez, e estes

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), editor da Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) e coordenador da Rede Brasileira de Relações Internacionais (RelNet).

ainda foram anos duríssimos na vida política brasileira. Para as universidades, em especial, essas contradições não foram suficientes para aliviar a repressão com que o regime cerceava a liberdade acadêmica, vigiava o recrutamento de professores e pesquisadores e limitava a riqueza e a diversidade da vida universitária. É neste contexto que a Universidade de Brasília, de todas as instituições federais de ensino superior a que foi mais duramente afetada pela vigilância cerrada do regime militar, propôs a criação do primeiro curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Brasil.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília foi criado em 1974 e reconhecido pelo Ministério da Educação em 1976. A intenção da criação deste programa, justamente na universidade da capital federal, era o de formar profissionais que pudessem vir a ser chamados a atuar de algum modo nas atividades do Estado relacionadas com a expansão da internacionalização do Brasil que então se observava. Mais do que preparar bons candidatos ao difícil concurso de acesso à carreira diplomática, como muitos suspeitaram, a idéia da criação deste curso se amparava na constatação de que os organismos oficiais (além do Itamaraty) de fato necessitavam criar e aparelhar estruturas administrativas que fossem capazes de atuar na formulação e na implementação de políticas públicas que tinham grandes vinculações com as possibilidades abertas pela Política Externa.

O profissional que saísse formado no novo curso poderia vislumbrar uma carreira peculiar, que se desenvolveria no aparelho de Estado e nas interfaces externas das economias do setor público e do privado, exercendo funções novas, todas decorrentes do novo perfil internacional que o Brasil rapidamente assumia: participar e apoiar os programas de expansão do comércio exterior nas diferentes agências governamentais que possuíam então interfaces com o assunto (Ministérios das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio, das Minas e Energia), atuar na estruturação dos programas de apoio ao crescimento do setor estatal da economia, (nas indústrias energética, siderúrgica, química, de equipamentos,

etc), além de atuar nas relações do setor público com o privado nas áreas que também se dedicavam à internacionalização das suas atividades, como os serviços (a exemplo da construção civil).

Na concepção do novo curso e da nova carreira não se pensou em um perfil profissional que exercesse funções operacionais – nunca foi intenção formar, por exemplo, profissionais que pudessem atuar na operacionalização do comércio exterior, manejando as muitas técnicas disso decorrentes (tarifação, despacho aduaneiro etc). A idéia precípua era a de proporcionar uma formação semelhante a que era oferecida nos muitos cursos de Relações Internacionais já existentes em vários outros países, inclusive latino-americanos – ou seja, que fosse amparada em forte base teórica, o que levaria à construção de uma densa capacidade analítica, com que o jovem profissional fosse capaz de traduzir para os seus empregadores a complexidade dos movimentos internacionais, evidenciando os seus desafios e as oportunidades que deles decorriam. Em outras palavras, a idéia era a de formar profissionais que estivessem aptos a situar-se com agilidade intelectual diante das dinâmicas do mundo contemporâneo, cada vez mais fundamentalmente influenciados por eventos e decisões que transcendem ao poder de Estados e das instituições nacionais.

Esse *currículo de base* deveria ser complementado, de acordo com os interesses do estudante, pelo domínio de línguas estrangeiras, particularmente do inglês, e pela formação de uma visão e postura cosmopolitas, cultura geral sólida e a constante atualização sobre os principais acontecimentos mundiais, a partir de uma perspectiva multidisciplinar. A Universidade de Brasília não inovou, pois, quando propôs e implementou um curso fortemente inspirado em um modelo de formação que se transformava, no avançar dos anos setenta, em um cânone universal do ensino de Relações Internacionais, e que é caracterizado pelo ensino das disciplinas e dos temas constitutivos da área, como Teoria Política, Direito Internacional, Direito Comparado, Teoria das Relações Internacionais,

Economia Política Internacional, História das Relações Internacionais, Análise da Política Externa, Política Internacional Contemporânea, entre outras. Com isso, se consolidou também um modelo no Brasil que inspiraria muitos anos depois a estruturação de outros cursos voltados para a formação de quadros em nível de graduação.

Os egressos desse curso, de certo modo, pagaram os custos elevados do pioneirismo, pois foram preparados para atuar em um mercado de trabalho que ainda estava em formação, e em organizações públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, que teriam que aprender que de fato necessitavam de profissionais com essas habilidades, ainda que isso não fosse imediatamente evidente. Durante muitos anos, pois, os egressos formados nesse primeiro curso lutaram para serem aceitos nas estruturas administrativas dos órgãos públicos, das empresas estatais, dos organismos paraestatais, das organizações internacionais e do setor privado.

A sensibilização dos potenciais empregadores foi uma tarefa a qual a Universidade de Brasília deve que se dedicar com afinco, empreendendo por meio dos professores envolvidos na estruturação do programa, um grande esforço institucional de divulgação do perfil do profissional que se pretendia formar (as suas habilidades, as especificidades da sua formação etc). Isso incluiu a negociação dos primeiros programas de estágio e o acompanhamento das oportunidades de trabalho nas quais os egressos poderiam atuar.

Este programa permaneceu por muito tempo como o único do gênero no Brasil. Ao final dos anos oitenta uma segunda experiência de ensino em nível de graduação, mais calcada no ensino de comércio exterior do que propriamente nas abordagens multidisciplinares típicas da disciplina Relações Internacionais, foi estruturada na Faculdade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.